

Em. 24.3 (5

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERALA

GABINETE DO DEPUTADO RI

IND 1732/2015

INDICAÇÃO

(Do Deputado ROBÉRIO NEGREIROS)

SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS, A INSTALAÇÃO DE PONTO DE ENCONCONTRO COMUNITÁRIO (PEC) NA QNM 7/9 EM CEILÂNDIA.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do artigo 143, de seu Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, através da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, a instalação de Ponto de Encontro Comunitário (PEC) na QNM 7/9 EM Ceilândia.

JUSTIFICAÇÃO

A presente indicação tem por objetivo atender aos apseios dos moradores da QNM 7/9 em Ceilândia, que há muito tempo clamam pela atuação do poder público para que seja instalado Ponto de Encontro Comunitário (PEC) na referida quadra.

A medida se mostra necessária tendo em vista que, atualmente, a comunidade da QNM 7/9 em Ceilândia não dispõe de nenhum espaço de lazer para atender aos seus moradores.

30 (Phar 2015 14:33



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



GABINETE DO DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS

Sabe-se que o tempo livre dos cidadãos precisa ser alvo de políticas públicas e projetos estatais permanentes, haja vista que a ociosidade contribui sobremaneira para o aumento da violência nas cidades.

O Ponto de Encontro Comunitário tem se mostrado uma ótima opção para os moradores das mais variadas idades que, além de cuidarem da saúde se exercitando, conhecem novas pessoas, fazem amizade e aumentam seu ciclo social.

Pelas razões óbvias, e por tratar-se de uma reivindicação legítima e de relevante interesse público, conclamo o apoio dos nobres parlamentares para aprovar a presente indicação.

Sala de sessões, em

março de 2018

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS

PROTOCOLO LEGISLATIVO

JUDNO 1732 12015

Fls. No Od Legislativo

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



PRESIDÊNCIA Assessoria de Plenário e Distribuição



DISTRIBUIÇÃO DE INDICAÇÃO

Ao Protocolo Legislativo, para as devidas providências, e, em seguida, ao SACP, para encaminhamento, para análise de mérito (art. 143, § 1º, do RICLDF), à:			
	CCJ (art. 63/RICLDF)		CAF (art. 68/RICLDF)
	CEOF (art. 64/RICLDF)	X	CESC (art. 69/RICLDF)
	CAS (art. 65/RICLDF)		CSEG (art. 69-A/RICLDF)
	CDC (art. 66/RICLDF)		CDESCTMAT (art. 69-B/RICLDF)
	CDDHCEDP (art. 67/RICLDF)		CFGTC (art. 69-C/RICLDF)
	Em 31/03/2015.		

Felipe Triches Consultor Legislativo Matrícula 16.786-01

PROTOCOLO LEGISLATIVO

JUDNO 1792 10015

Fis. No 3 4